



Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte de 2020



SUMÁRIO EXECUTIVO

Abril de 2014



INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA



Intervir+
Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico
e Financeiro da RAM



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICA
NACIONAL

UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte de 2020 -Sumário Executivo-

Equipa de Estudo

A. Oliveira das Neves (Coordenador)

Gisela Ferreira, Luís Centeno, Natalino Martins, Nelson Souza,

Filipa Albuquerque e Tiago Pereira

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA



1. Acerca dos objetivos do Plano Referencial Estratégico

A formulação da Estratégia de Desenvolvimento Regional para a RAM no horizonte 2020 beneficiou da existência de um conjunto de importantes **Referenciais Estratégicos** preparados no quadro das atribuições e competências dos diversos Organismos do Governo Regional, os quais contribuíram para preencher as Condicionais *ex-ante* da programação dos Fundos Estruturais, nomeadamente, para estruturar Eixos de Intervenção do futuro Programa Operacional Madeira 2014-2020.

O **Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM, no horizonte 2020 (PREE-RAM)** é um desses Documentos e foi elaborado por iniciativa do **Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM**, com os seguintes objetivos específicos:

- Caracterização dinâmica da evolução dos principais agregados macroeconómicos da Economia da RA Madeira.
- Caracterização dinâmica da evolução dos principais setores de atividade que estruturam a Economia da RA Madeira.
- Diagnóstico estratégico das capacidades e competências das estruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial existentes na RAM.
- Diagnóstico estratégico das capacidades e competências das infraestruturas tecnológicas existentes na RAM.
- Construção de Análises SWOT da Economia Regional e do Tecido Empresarial Regional.
- Identificação de oportunidades de desenvolvimento empresarial para a RA Madeira nos setores de especialização, à luz das prioridades da Estratégia EU 2020.
- Identificação de oportunidades de desenvolvimento empresarial para a RA Madeira nos setores emergentes, à luz das prioridades da Estratégia EU 2020.
- Construção de Cenários Prospetivos de Desenvolvimento da Economia Regional no Horizonte 2020.
- Identificação de Desafios e Necessidades de intervenção no próximo período de programação 2014-2020.

2. Evolução recente da Economia Regional

Os principais indicadores de evolução da economia regional são reveladores de uma economia bastante afetada pela crise das economias ocidentais, pós-2008, sendo de destacar a quebra na tendência de crescimento do Produto Regional que se verificava desde 1996. O ponto de viragem ocorre em 2009 com uma clara inversão das linhas de tendência (períodos 1996-2007 e 2008-2012), alteração também muito clara quando se efetua a comparação das taxas de crescimento do PIB da RAM com o PIB nacional e de outras Regiões nacionais.

A divergência que se verifica nos ciclos de evolução do conjunto da economia nacional e da RAM é notória: enquanto a economia portuguesa, no seu conjunto e desde 1998, atravessa uma longa fase de crescimento muito débil, com incidências de valores negativos em 2003, 2009, 2011 e 2012, a RAM regista uma maior volatilidade, também com incidências de valores negativos, ainda que, no conjunto do período de 1996 a 2012, apresente um crescimento positivo muito superior à média nacional.

Até 2007, a RAM apresentava taxas médias de crescimento anual do produto muito acima do conjunto da economia nacional e das regiões comparáveis, mas os efeitos da crise pós-2008 revelaram-se bastante mais sensíveis (até 2012) que para a média nacional.

Taxas médias de crescimento anual do PIB (a preços constantes de 1996)
(%)

	Portugal	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira
1996-2007	2,31	3,13	2,99	5,10
2008-2012	-1,38	-3,25	-1,04	-3,03
1996-2012	1,23	1,23	1,93	2,82
2000-2012	0,19	0,27	1,56	1,35

Fonte: *Contas Regionais*, INE. Cálculos IESE.

O referido diferencial de crescimento é notório quer relativamente à média nacional, quer relativamente a regiões nacionais com as quais a RAM pode ser comparada (seja pela especialização setorial - Algarve - ou pela natureza ultraperiférica - Açores): apenas no período mais recente (2008-2012), a RAM apresenta um crescimento negativo, o que denota uma tendência mais crítica que deverá ter-se acentuado face à forte contenção orçamental (em 2013, os investimentos programados representam uma quebra de cerca de 50% relativamente a 2012, o que não deixará de se refletir no crescimento do Produto).

Em 2013, a RAM encontra-se confrontada com desafios de maior complexidade dos que eram geralmente percebidos e aceites em 2006, designadamente: (i) o ambiente externo é muito mais ameaçador; e (ii) os sistemas e instrumentos internos de geração de valor e de promoção da equidade estão sujeitos a uma pressão muito mais relevante, com um potencial efetivo de desempenho mais limitado.

A nível empresarial, e comparativamente a 2007, o número de empresas registadas na RAM apresenta um declínio significativo (menos 1.015 empresas) ainda que a sua dimensão média não tenha sofrido alteração sensível. Esta diminuição do número de empresas, com manutenção ou quase manutenção da sua dimensão média, acontece em todos os setores mais relevantes da economia regional.

Número de empresas e dimensão média na RAM e em alguns dos setores mais relevantes

	Empresas			Pessoas (média)		
	2007	2009	2012	2007	2009	2012
Total	7.158	7.158	6.309	9	9	8
Comércio e reparação	1.908	1.920	1.635	7	7	7
Hotelaria e restauração	1.242	1.253	1.054	10	10	10
Construção	1.186	1.049	683	11	11	9

Fonte: *Quadros de Pessoal*, DSET-DRT, 2014.

Entre os principais indicadores relativos à estrutura e dinâmica empresarial da RAM destacam-se, ainda, os seguintes: (i) o peso dos setores de alta e média-alta tecnologia na criação das empresas que, embora com valores melhores que os de 2007, tem vindo a reduzir-se acompanhado de uma tendência para a diminuição do peso VAB das empresas desses setores com relevância estratégica para a Região (ligeira recuperação em 2011); e (ii) a taxa de natalidade das empresas que regista uma trajetória de diminuição sensível, sobretudo em 2010, acompanhada de uma diminuição da taxa de sobrevivência dois anos após a constituição o que significa um aumento da volatilidade do tecido empresarial.

Alguns indicadores referentes ao tecido empresarial na RAM

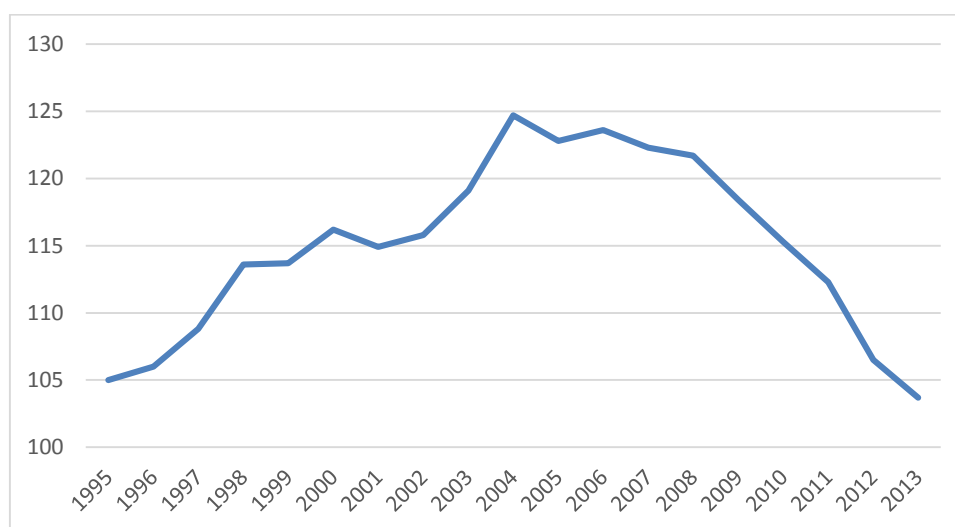
	2007	2008	2009	2010	2011
Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	4,5	2,3	2,2	2,12	2,75
Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	1,4	1,9	1,6	1,63	1,80
Taxa de natalidade (%)	18,5	14,1	16,3	12,5	13,5
Taxa de sobrevivência a 2 anos (%)	53,8	56,7	53,0	50,6	47,1

Fonte: *Madeira em Números* (2007 a 2012), DREM.

A relação emprego/estrutura económica tem revelado de forma mais evidente a profundidade das dificuldades com que a Região se confronta, expressando uma quebra acentuada da oferta de emprego.

O volume de emprego na Região tem vindo a cair desde 2004, ano em que atingiu um valor de quase 125 mil empregados. Os dados disponíveis relativos ao 4º trimestre de 2013 situam o emprego na Região num patamar ligeiramente acima dos 104 mil postos de trabalho, números que fazem a RAM recuar a meados da década de noventa do século XX, antes do ciclo de crescimento acentuado que conduziu o emprego a aquele pico de 2004.

Evolução do emprego na Região Autónoma da Madeira



Fonte: *Inquérito ao Emprego*, INE.

Entre 1995 e 2010, a especialização produtiva, em termos de emprego setorial, centrou-se:

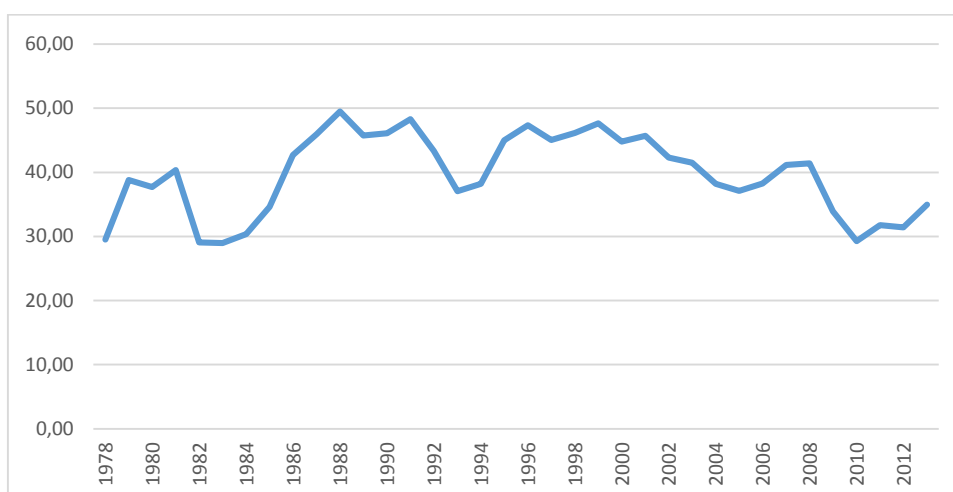
- no reforço das atividades de Comércio e Hotelaria e nos Serviços da Administração Pública, Educação e Saúde (que correspondem aos setores com maior peso na Região); e
- numa perda de importância da Agricultura e Pescas, da Indústria e Energia e, em menor escala, da Construção (setor que se terá ressentido ainda mais nos anos posteriores a 2010).

O modelo de crescimento da RAM, baseado em setores com forte intensidade em trabalho (Turismo e Construção) incorporou elementos de geração de valor para o PIB com baixa intensidade em trabalho que fizeram com que a elasticidade em Emprego da variação do Produto fosse mais baixa do que a média nacional (0,18 empregos, por unidade de PIB, contra 0,55 na média nacional).

A Madeira tem no Turismo um setor chave de especialização que marca muito fortemente não apenas a trajetória anterior, mas também as perspetivas de desenvolvimento da Região. O crescimento da oferta hoteleira na RAM duplicou as camas disponíveis na década de noventa do século passado, crescimento que teve consequências na taxa de ocupação a qual passou de valores médios na casa dos 60%, para valores na ordem dos 50%.

A consequência mais relevante no plano da economia da Região terá sido, todavia, o impacto no rendimento médio por cama disponível (RevPar) que, em consequência do rápido crescimento da oferta, tem vindo a cair desde 1998, pese alguma recuperação entre 2006 e 2008. O rendimento médio por cama em 2012, a preços constantes, não é substancialmente maior que o obtido em 1978 e representa 60% do obtido no final da década de oitenta do século passado.

Rendimento médio por cama disponível (RevPar) na RAM (série longa 1978 a 2012)



Fontes: *Estatísticas do Turismo da RAM* e *Estatísticas do Turismo*, INE.

Estas *performances* têm consequências no setor e na Região que são bastante profundas quer na capacidade de geração de riqueza pelo setor turístico, quer no próprio modelo de geração de valor que o setor teve de adotar para se acomodar às novas condições de mercado. Esta transformação resulta quer da alteração das condições na Região, quer das condições de concorrência no mercado turístico global, com o surgimento de novos destinos, nomeadamente no Atlântico e na Bacia Mediterrânica, que resultaram em novas oportunidades para os mercados emissores.

A estrutura da economia regional tem revelado, entretanto, traços de transformação que importa reter: (i) rápido crescimento das “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e os serviços de apoio”, com um crescimento de quase 270%, entre 1995 e 2011, apesar da quebra que se evidencia a partir de 2008; e (ii) crescimento das “Atividades financeiras e de seguros” de quase 100% no mesmo período. Ambas as atividades estarão associadas ao CINM que, tendo recentemente visto o seu regime fiscal prolongado, poderá contribuir para uma reanimação das mesmas.

3. Cenários de Desenvolvimento da Economia Regional

A Elaboração do PREE-RAM ocorre num período que reveste as características de uma encruzilhada onde confluem constrangimentos mas também oportunidades para calibrar novas abordagens do desenvolvimento regional:

- processo de ajustamento macroeconómico e financeiro em curso em que aos compromissos do Governo da República se juntam os compromissos regionais com implicações setoriais fortemente limitativas das dinâmicas de investimento público e do relançamento do investimento privado;

- trajetória de redução do potencial económico-empresarial e de inovação empresarial e tecnológica com perda de capacidade competitiva e de atração de fluxos renovados de investimento direto exterior à Região;
- reconversão parcial das condições de atração de empresas para a Região permitindo que o CINM prossiga a sua missão nos diversos segmentos das suas atividades e serviços;
- novo ciclo de programação dos Fundos Estruturais com importantes prioridades de investimento orientadas para a inovação, a competitividade e a internacionalização, que enquadram oportunidades para concretizar projetos empresariais e de investimento e poderão contribuir para um novo ciclo de crescimento económico e criação de emprego.

Neste contexto, a construção de cenários alternativos contrastados visa melhorar as condições de análise e reflexão, em suporte de opções estruturantes para uma estratégia de desenvolvimento empresarial que inspire a identificação dos Eixos do Plano Referencial Estratégico, formulados em consonância com a definição estratégica do desenvolvimento regional no horizonte 2020.

O exercício comparativo realizado em função das três dimensões analíticas selecionadas (*Pressupostos de base*, *Variáveis económicas estratégicas* e *Posicionamento dos stakeholders*), permite diferenciar claramente o alcance e o sentido de evolução subjacente a cada um dos cenários, bem como os riscos inerentes aos mesmos no contexto regional.

Os Cenários extremos (A e C), correspondem a duas facetas diferenciadas pertencentes a uma atitude global semelhante: a incapacidade e a expectativa de realizar apostas partindo da definição de uma visão estratégica para a Região. No Cenário A, apostando numa forte intervenção pública, em muitas situações substituindo-se ao desenvolvimento do mercado e hipertrofiando as iniciativas privadas, enquanto o Cenário C, tendendo para uma versão neoliberal do papel das instituições públicas.

O Cenário B - Internacionalização com Diversificação económica, por seu lado, valoriza um esforço mais globalizado dos diferentes agentes públicos, associativos e privados de forma a dar resposta quer às evidentes dificuldades do “ponto de partida”, quer a explorar as oportunidades que se abrem. Estas oportunidades decorrem tanto do peso estruturante dos investimentos públicos realizados no ciclo anterior de infraestruturação e dos novos instrumentos das políticas públicas financiadas pelos FEEI, como da procura tendencial que impulsiona o crescimento das atividades ligadas à renovação do modelo de especialização, à sociedade de conhecimento, à qualificação avançada dos recursos humanos (ensino superior e formação técnica especializada) e às atividades científicas de conhecimento e inovação.

Este Cenário aposta a fundo numa viragem global da Madeira para o mundo exterior e valoriza as formas de regulação pública e as sinergias privado público-privado, bem como a consolidação do Sistema

Regional de Inovação e os Clusters de atividades emergentes (Energias Renováveis, Economia do Mar, Bio-sustentabilidade, Saúde,...) como vetores estratégicos para a modernização sustentada da Região.

Síntese das principais Orientações e Impactos dos Cenários contrastados de Desenvolvimento

Orientação das intervenções	Impactos previsíveis
Cenário A – Estagnação e Reforço da condição periférica	
• Crescimento moderado com lenta retoma do investimento empresarial. • Absorção lenta de força de trabalho, com qualificações crescentes, compensada quantitativamente por uma persistência de níveis razoáveis de empregos menos qualificados. • Centramento das apostas económicas no produto turístico como único referencial da economia madeirense, procurando obter as melhores <i>performances</i> para manter a capacidade concorrencial da especificidade do Destino. • Atitude pouco sinérgica da ação pública e privada, com exceção das atividades turísticas, via apoio à promoção externa.	• Dinâmica lenta na renovação do tecido económico e empresarial. • Risco estratégico significativo em função incapacidade de manter os níveis de investimento público. • Níveis de desemprego resilientes, criando situações de desemprego estrutural elevado e de dupla pressão de desemprego de menores qualificações e incapacidade de absorção da força-de-trabalho qualificada. • Agravamento de assimetrias territoriais. • Cenário pouco desejável de novo dualismo social e económico, com fratura entre ilhas de modernidade e vastas zonas de crise, acentuar da recessão demográfica e baixo nível de redistribuição do rendimento.
Cenário B – Internacionalização com Diversificação económica	
• Aproveitamento concertado da renovação do tecido económico existente e da sua valorização, nomeadamente, nas atividades agrícolas e das indústrias alimentares com a atração de novas atividades vocacionadas para incorporar conhecimento científico e técnico (dinamizando a procura de técnicos e de quadros) e pelo reforço das instituições de C&T existentes e da transformação do Sistema Regional de Inovação. • Reestruturação das atividades tradicionais, valorizando-as nos mercados globais, com criação e reforço dos polos de especialização (produtos agrícolas e alimentares: frutos subtropicais e vinhos, flores; ...). • Aumento da riqueza, com transformação setorial através do desenvolvimento de atividades de elevado valor acrescentado acompanhado de mudança de modelo de especialização.	• Dificuldades em concretizar com eficácia políticas ativas de requalificação e empregabilidade dos recursos humanos e de novos serviços públicos, suportados em novas tecnologias. • Limitada capacidade de suportar estratégias autónomas de desenvolvimento. • Limitada capacidade de ajustar a procura e a oferta de quadros técnicos orientados pela nova aposta nas qualificações requeridas pela “sociedade do conhecimento” e pelas dinâmicas presentes na Região. • Maiores virtualidades no desempenho do mercado de trabalho, após absorção de efeitos de transição, com descida sustentada do desemprego para níveis próximos de 10%. • Cenário desejável mas que implica transformações rápidas da estrutura produtiva e dinamismo dos setores modernos e abertos ao exterior.
Cenário C – Modernização extrovertida	
• Dinâmica de criação de empresas e empregos no setor dos serviços, em particular nas atividades turísticas. • Rentabilização das relações internacionais no quadro das vantagens induzidas pelas infraestruturas e equipamentos. • Atomização de iniciativas dos agentes económicos públicos e privados em mercado aberto.	• Dependência das atividades locais face à procura externa. • Menor importância das relações com atividades já instaladas na agricultura e na indústria. • Trajetória acentuada de descida do desemprego, com acentuada procura de trabalho pouco qualificado (após ultrapassagem da fase recessiva). • Manutenção de uma ocupação extensiva dos territórios densamente ocupados e dotados de serviços e infraestruturas. • Cenário pouco desejável de pauperização da economia regional atenuada por bons desempenhos conjunturais, mas acentuando a vulnerabilidade económica estrutural.

Os resultados do exercício de quantificação dos Cenários são sintetizados na Tabela seguinte.

Cenário A - Estagnação e Reforço da Condição Periférica	2005	2010	2015	2020
Emprego	117.300	119.800	116.741	119.660
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	0,75	1,50
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	13.910	15.507
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	0,50	1,00
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	30.005	31.535
Cenário B - Internacionalização com Diversificação Económica	2005	2010	2015	2020
Emprego	117.300	119.800	119.939	124.436
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	1,80	2,25
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	14.650	16.944
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	1,00	1,50
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	30.758	33.136
Cenário C - Modernização Extrovertida	2005	2010	2015	2020
Emprego	117.300	119.800	119.331	126.843
Crescimento potencial anual do PIB (%)	4,06	-0,50	2,20	3,00
PIB <i>per capita</i> (preços constantes de 1996 - €)	12.943	13.038	14.940	17.923
Crescimento anual da produtividade (%)	2,35	1,25	1,50	1,75
Produtividade aparente (preços constantes de 2006 - €)	25.907	29.266	31.527	34.384

A Tabela seguinte resume e caracteriza os riscos e incertezas, bem como a tendência mais provável associada às possíveis divergências face aos estimadores tomados como centrais para a trajetória de evolução observada em cada Cenário.

Risco, incerteza e tendências de divergência dos Cenários

	Risco de concretização	Incerteza de concretização	Concretização face a choques externos
A	Baixo - Prolongamento de tendências anteriores em atividades bem conhecidas da Região.	Baixo - Prolongamento das tendências anteriores na concretização do Cenário	Inferior - Vulnerabilidade elevada a choques externos mesmo com concretização bem-sucedida face às expectativas que podem fazer deslizar as previsões para o intervalo inferior de estimação.
B	Médio - Desenvolvimento articulado das estruturas existentes, a partir de um modelo relativamente bem conhecido	Elevado - Cenário muito exigente em termos da coordenação das políticas públicas e da mobilização de agentes regionais.	Superior - Cenário em que os riscos e incertezas são internos pelo que os choques externos têm um impacto limitado e a probabilidade de superar as expectativas é mais elevada.
C	Elevado - Salto qualitativo e criação de "implantes" produtivos com ténue ligação ao tecido empresarial existente, sem mercado local ou sequer conhecido.	Médio - Modelo utilizado com sucesso nas economias emergentes, com fatores competitivos conhecidos (preço e adequação das qualificações) e dependente de agentes externos.	Inferior - Vulnerabilidade elevada a choques externos mesmo com concretização bem-sucedida face às expectativas que podem fazer deslizar as previsões para o intervalo inferior de estimação.

No Cenário *Internacionalização com Diversificação Económica*, o risco de concretização é Médio embora a incerteza seja elevada porque é um Cenário mais exigente, em termos de coordenação das políticas públicas e de mobilização de agentes regionais para a trajetória desenhada. Em termos de intensidade de crescimento, tenha-se presente que a evolução recente da economia portuguesa aponta para taxas de crescimento médias reais do PIB de 0,75% até 2015 e de 1,5%, entre 2015 e 2020, conferindo razoabilidade a este Cenário.

A natureza agregada do exercício de cenarização não contemplou abordagens setoriais. No entanto, importa ter presente que, numa visão de ciclo longo da economia regional, a Madeira baseou o seu crescimento em três drivers, com incidências setoriais específicas no Cluster do Turismo, CINM e Investimento público em Infraestruturas.

No horizonte de cenarização, deste conjunto de drivers, a RAM, não poderá contar com o investimento público, o Turismo está a retomar uma trajetória de relançamento e o CINM dispõe, desde o 2º Semestre de 2013, de novas condições para funcionar. Na retoma/ relançamento, o Turismo tem de se “reinventar” significando isso associar mais serviços e mais fornecimentos locais, designadamente, induzindo procuras à agricultura e às pescas e floresta, áreas que têm larga margem de crescimento interno, até como forma de diferenciação. Paralelamente, o setor primário no seu conjunto (agricultura, floresta e pescas) pode absorver parte relevante do desemprego de ativos que se transferiram ao longo do tempo para a construção ou mesmo para as atividades do Cluster do Turismo.

A evolução da indústria será sempre moderada estimando-se como possível regressar em 2020 a números de 2009. A queda foi tão grande que alguma reanimação da economia abrirá oportunidades, até porque a regeneração urbana e a manutenção das infraestruturas geram necessidades de novas atividades de indústria ligeira (p.ex., metalomecânica, carpintaria de madeira e alumínio) a que se deverão adicionar as oportunidades na fileira agroalimentar de primeira e segunda transformação, exemplos interessantes que podem ser ampliados até porque a agro-transformação constitui um setor onde a cooperação com o Sistema Regional de Inovação tem proporcionado alguns resultados.

4. O PREE-RAM e as novas orientações comunitárias para o período 2014-2020

Nesta Secção sistematiza-se um conjunto de referências relevantes para a contextualização do PREE-RAM, designadamente, as que remetem para as orientações estratégicas e operacionais do processo de programação dos Fundos Estruturais (2014-2020) - conforme constam do Acordo de Parceria - e as que decorrem das perspetivas da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas, numa abordagem segundo a renovação em curso do estatuto destas regiões, no contexto das políticas comunitárias de integração económica e coesão territorial.

✓ **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento**

Na ótica dos apoios ao desenvolvimento empresarial, importa destacar dois tipos de orientações de enquadramento:

(a) Orientações globais

O texto do Acordo de Parceria integra um conjunto relevante de orientações/pressupostos a ter presente pelas entidades gestoras e pelos beneficiários dos Fundos Estruturais:

- A programação e a aplicação dos fundos comunitários 2014-2020 devem estar centradas nos resultados a atingir com as intervenções cofinanciadas. A concretização deste desiderato, implica desenvolver uma nova cultura de contratualização, suportada no planeamento cuidadoso das intervenções (tanto de natureza pública como privada) e em mecanismos robustos de monitorização, avaliação e governação, que assegurem uma assunção plena das responsabilidades contratuais, no âmbito de operações de cariz setorial ou territorial.
- Ao nível mais operacional, foi privilegiada a **programação multifundo** (FEDER e FSE), sobretudo no caso dos PO Regionais, procurando potenciar as sinergias entre as distintas áreas de intervenção dos Fundos e a lógica de intervenções articuladas nos territórios.
- Na programação estratégica foi criado um quadro de intervenções, segundo uma lógica de concentração dos instrumentos de apoio, evitando a dispersão de recursos e de mecanismos de financiamento que, frequentemente, se sobrepõem e concorrem entre si e não favorecem a apropriação pelos potenciais beneficiários das potencialidades de apoio existentes para enquadrar as suas iniciativas e opções de investimento.
- A complementaridade das intervenções do FEADER e do FEAMP (importantes no apoio a atividades económicas e empresariais regionais nos setores da Agricultura e Florestas e das Pescas e Aquicultura) com os Fundos da Política de Coesão (FEDER e FSE) foi concebida por forma a garantir que não existem nem sobreposições de elegibilidades, nem investimentos prioritários excluídos do acesso aos Fundos, não obstante a impossibilidade regulamentar de programação conjunta com estes dois Fundos.

Em matéria de financiamento, no período 2014-2020 e no âmbito do Quadro Estratégico Comum (QEC), o Acordo de Parceria identifica as seguintes dotações financeiras para a RAM:

- recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), via POR Madeira, 184 M€;

- recursos do Fundo Social Europeu (FSE), via POR Madeira, 161,2 M€; a estes montantes acresce, via PO Temático Nacional Inclusão Social e Emprego, o montante de cerca de 6M€ da Iniciativa Emprego Jovem;
- recursos do Fundo de Coesão (FC) no montante de 230 M€, dos quais 130 M€ transitam do passado com origem da Lei de Meios;
- recursos do Fundo Europeu da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (FEADER), via PO Agricultura e Desenvolvimento Regional da Madeira, 179,5 M€;
- dotação do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos (FEAMP), a definir.

A estes montantes acresce a dotação específica adicional FEDER-RUP de 30€/ habitante (58,2 M€) no quadro da Compensação de Sobrecustos resultantes da condição ultraperiférica.

A generalidade das verbas destes Fundos Estruturais terá uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Estes recursos deverão maioritariamente financiar as áreas temáticas da Investigação e Inovação, do Apoio às PME's, da Transição para a Economia de baixo teor de carbono, do Potencial Humano e, também, da Inclusão Social e Emprego. A Madeira deverá, ainda, poder utilizar fundos europeus para financiar infraestruturas de transporte que promovam a mobilidade local e regional, tais como o transporte entre ilhas, o transporte marítimo com o Continente, o reforço da competitividade dos Portos e o investimento em novas infraestruturas aéreas relacionadas com a proteção ambiental.

(b) Orientações específicas (Desenvolvimento empresarial)

O esforço de Promoção do investimento empresarial no período 2014-2020 deverá ser prosseguido, reforçando a focalização no apoio a atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, bem como no apoio a projetos empresariais orientados para o investimento em inovação, criatividade, internacionalização e formação de competências, abordagens fundamentais para o reforço da competitividade das empresas, em particular das PME.

Este aspeto confere maior relevância estratégica e operacional à programação multifundo, nomeadamente tornando mais próxima e acessível a mobilização de recursos do Fundo Social Europeu, por parte das Empresas, estratégia que deverá contribuir de forma mais decisiva para a *qualificação dos processos de reestruturação e modernização empresarial* através quer da formação de empresários e gestores, quer da reconversão profissional e da formação técnica especializada.

Na esfera de articulação entre o FEDER e os Fundos que apoiam os investimentos nos domínios do Complexo Agroalimentar e Florestal (FEADER) e da Economia do Mar (FEAMP), são de destacar, pela relevância que revestem para o desenvolvimento económico-empresarial, as seguintes intervenções:

Tipo de intervenção	FEDER	FEADER	FEAMP
Investigação e Inovação relacionada com o Complexo Agroalimentar, das Florestas e do Mar	Apoio a projetos de investimento empresarial em inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais e do setor da pesca, desenvolvidos por grandes empresas, com investimento elegível acima de: 4 M€ no setor agroalimentar e floresta; e 12M€ no setor das pescas; Pesquisa e inovação para a observação e conhecimento do sistema oceano-atmosfera e atividades humanas.	Promoção de investimentos inovadores inseridos na Parceria Estratégica para a Inovação (PEI); Inovação ligada a projetos de investimento (explorações agrícolas, transformação e comercialização de produtos agrícolas).	Inovação ligada a projetos de investimento de I&D&I ligados ao setor da pesca.
Competitividade e Internacionalização do Complexo Agroalimentar, das Florestas e do Mar	Apoio à competitividade da Economia do Mar, excluindo o setor da pesca; Apoio à internacionalização do Complexo Agroalimentar e Florestal e da Economia do Mar.	Apoio a atividades de produção relativa a produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais; Apoio de projetos de transformação e comercialização de produtos do Anexo I do Tratado da União Europeia e florestais, com investimento elegível inferior de 4 M€; Apoio a Organizações de Produtores.	Apoio à atividade de captura e produção do setor da pesca; Apoio em projetos de transformação e comercialização de produtos do setor da pesca com investimento elegível inferior de 12 M€.

✓ **Estratégia Renovada da União Europeia para as RUP**

A Comunicação da Comissão de Junho de 2012 (*As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo*), apresenta um conjunto de orientações (Eixos da Estratégia renovada da União Europeia e Propostas para o Futuro) que importa sistematizar na medida em que das mesmas decorrem elementos centrais no tocante à inovação e ao desenvolvimento empresarial, com destaque para o segmento das PME.

A Comunicação investe também na abordagem da formação de competências, da dimensão social e de aspetos associados à concretização do Mercado Único e de outras políticas comunitárias, dos quais decorrem implicações para a configuração das políticas públicas das RUP, as quais foram convidadas a preparar Planos de Ação, como é o caso da RAM, que se encontram em fase de discussão.

Eixos da Estratégia Renovada RUP/ UE

II. Reforçar a competitividade, através da modernização e da diversificação das economias das RUP, do investimento e da inovação em setores de elevado potencial de crescimento e/ou de elevado valor acrescentado (tradicionais e emergentes), fornecer energia sustentável a custos razoáveis, apoiar o desenvolvimento do setor privado (sobretudo, as PME e as micro empresas) e a inovação em novos produtos e serviços.

Propostas para o futuro

1. Dimensão interna

- ✓ *Política de Coesão* (Apoio ao investimento no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de modo a reduzir permanentemente o fosso em relação ao resto da UE. A concentração temática de Fundos prevista pela proposta de reforma da política de coesão ajudará, em particular a: garantir a disponibilidade de financiamento suficiente para apoiar a inovação no seu sentido mais lato; promover a modernização e a diversificação das economias; responder às principais necessidades em termos de recursos humanos; reforçar o setor das PME para criar e manter postos de trabalho; apoiar a adaptação às alterações climáticas, a sua minimização e o desenvolvimento de fontes de energia sustentáveis);
- ✓ *Setores tradicionais* (Agricultura e Desenvolvimento Rural; Pescas; Turismo; e Política cultural);
- ✓ *Setores emergentes* (Investigação e Inovação; Energia Sustentável; e Oportunidades Marítimas);
- ✓ *Desenvolvimento do espírito empresarial* (Pequenas e Médias Empresas; e Empreendedorismo Social).

Propostas para o futuro

1. Dimensão interna

- ✓ *Integração no Mercado Único* (Redes transeuropeias; Mercado Único Digital; Auxílios estatais; Regras em matéria de contratos de direito público; Fiscalidade e alfândegas; Melhor informação; Educação e competências; Política de consumidores; e Saúde);
- ✓ *Proteger o ambiente das RUP* (Política de proteção civil da UE; Ação no domínio do clima; Biodiversidade e serviços ecossistémicos).

2. Dimensão externa

- ✓ *Energia*
- ✓ *Redes de comunicações eletrónicas*
- ✓ *PME a operar a nível internacional*
- ✓ *Meios alternativos de resolução de litígios entre empresas*
- ✓ *Mobilidade.*

✓ **Compensação de Sobrecustos**

Dadas as características do tecido empresarial madeirense e os efeitos da envolvente territorial no exercício da atividade empresarial, justifica-se uma componente de apoio mais centrada nas empresas e menos nos projetos apoiados, enquanto persistir a situação económico-empresarial e visando contribuir para níveis de sustentabilidade financeira que apoiem a manutenção das empresas preparando uma fase sequente de relançamento económico, indispensável para uma melhor gestão da ultraperificidade,

Esta integração de apoios na lógica do apoio à empresa, afigura-se crucial para o objetivo de reforço da competitividade do tecido económico regional e justifica a manutenção da experiência de *apoio ao funcionamento das empresas*, experimentada no âmbito do PO Intervir+ e destinada a compensar custos adicionais a que as empresas regionais estão sujeitas por força dos constrangimentos da Ultraperificidade.

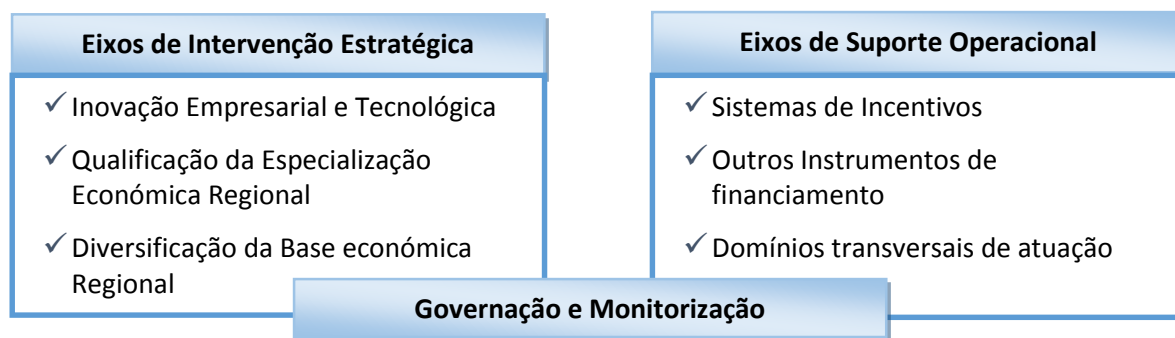
5. Plano Referencial Estratégico

A formulação do *Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM)*, no horizonte de 2020, deve ser contextualizada à luz das seguintes dimensões:

- ✓ Elementos de Diagnóstico das tendências de evolução recente da Economia da RAM, com particular incidência nas dinâmicas de especialização, empresariais e de emprego;
- ✓ Cenários de evolução da economia da RAM, no horizonte 2020, contrastados entre continuidade e perspetivas de mudança regulada e extrovertida.
- ✓ Orientações estratégicas constantes da Estratégia Europa 2020 enquanto quadro de referência das prioridades da Política de Coesão, designadamente, dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento que enquadram a programação dos Fundos Estruturais.
- ✓ Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo das RUP da União Europeia, designadamente os Eixos da Estratégia renovada referentes aos setores tradicionais e setores emergentes e ao desenvolvimento do espírito empresarial.
- ✓ Acordo de Parceria que enquadra a programação do desenvolvimento regional no horizonte 2020 em Portugal com particular focagem nas prioridades da Inovação e da Competitividade e Internacionalização.
- ✓ Documento de Orientação Estratégica Compromisso@Madeira2020, designadamente nas vertentes do Diamante Estratégico que incidem prioritariamente sobre a vertente Crescimento Inteligente da Estratégia Europa 2020:
 - *I&D, Inovação e Energia* - Inserir a Madeira nas redes europeias e mundiais de I&DT através de incentivos dirigidos à fixação de investigadores e de empresas geradoras de inovação para a Competitividade e o Emprego. Promover a utilização de energias renováveis e a eficiência energética.
 - *Competitividade e Internacionalização* – Alargar da base económica regional com novas atividades exportadoras de bens e serviços de elevado valor acrescentado. Promover a integração de níveis mais elevados de I&D e Inovação no Cluster do Turismo e Lazer, aumentando a sua ligação à economia da Região (setores tradicionais, cultura e património natural).

Neste enquadramento, o desenvolvimento económico-empresarial da Região no horizonte 2020 deve evoluir dentro de um **quadro de referência de objetivos estratégicos** centrado nos Eixos de estruturação constantes do Diagrama seguinte.

Arquitetura do Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM (PREE-RAM), no horizonte 2020



5.1. Prioridades de Desenvolvimento Empresarial

O *Documento de Orientação Estratégica Compromisso@Madeira2020* refere que “O foco da Estratégia de Desenvolvimento Económico Regional deve privilegiar o alargamento e diversificação da base económica, através da criação de condições de apoio à emergência de novas atividades orientadas para os mercados externos, que contribuam para aumentar e diversificar a oferta regional de bens e serviços transacionáveis e de elevado valor acrescentado”.

A promoção da competitividade da economia regional passa pela concretização de um exercício complexo que combine a recuperação da competitividade do Cluster do Turismo (enquanto setor com capacidade motriz para assegurar a recuperação do crescimento e da criação de emprego), com o alargamento da base económica regional.

A atividade económica regional extrovertida, em consequência da importância do turismo na dinâmica empresarial e de emprego, tem dependido fortemente de atividades de investimento em bens não transacionáveis, nomeadamente nos setores da construção (imobiliária turística, habitação e infraestruturas). Este ciclo deve ser ultrapassado através da obtenção de efeitos significativos em domínios chave de transformação do tecido empresarial de que se destacam:

- o fomento e a valorização económica de atividades de I&D;
- a densificação das relações intersetoriais regionais;
- a valorização económica do património natural e cultural;
- a redução da dependência energética, seja pelo aumento da eficiência, seja pelo aumento das fontes renováveis na produção; e
- a melhoria das competências do capital humano.

Dada a dimensão do mercado interno (em termos de população residente) a promoção da competitividade da economia regional tem de ser orientada para o exterior, através da promoção de

exportações e do aproveitamento da capacidade aquisitiva dos turistas e dos consumos intermédios do cluster turístico (exportações indiretas).

Tal significa que qualquer densificação do tecido económico regional, exige uma estratégia muito focada no aumento significativo das trocas internas entre as empresas do cluster turístico e os ramos de atividade, a montante e a jusante. Esta densificação tem uma larga margem de progressão relativamente aos setores primários regionais (agricultura e pescas, sobretudo), mas pode ainda ter desenvolvimentos interessantes no domínio da pequena indústria e dos serviços.

A competitividade das empresas da Região tem, igualmente, de ser focada no aumento da sua dimensão, de modo a ultrapassar gradualmente os sobrecustos da insularidade, o que implica uma especial atenção relativamente ao apoio ao crescimento das empresas existentes e à atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). A criação de condições para a afirmação das empresas regionais no mercado global é um objetivo de grande importância que passa em larga medida pelo incentivo ao seu crescimento, mesmo quando o conteúdo inovador é limitado, mas que deve ser orientado para o aumento do valor acrescentado da produção, única forma de ultrapassar de forma sustentada os sobrecustos de transporte das exportações de produtos e também das importações.

A promoção do empreendedorismo (de base tecnológica e outro) constitui também um elemento essencial desta Estratégia, sendo vital para a Região a recuperação da perda de tecido empresarial quer enquanto elemento de diversificação (em que o empreendedorismo de base tecnológica e a incorporação de inovações são muito relevantes), quer de densificação (onde os requisitos tecnológicos e a inovação podem ser menos exigentes). Uma estratégia realista de promoção do empreendedorismo e do intraempreendedorismo (a partir das empresas existentes) é, assim, incontornável.

Inovação Empresarial e Tecnológica

A ultraperifricidade da Região e a exiguidade do seu mercado interno tornam inviável qualquer estratégia de diversificação da sua especialização económica que assente em atividades económicas cuja base de sustentação seja o prolongamento dos setores predominantes (na banda alargada das atividades ligadas ao turismo).

O esgotamento da trajetória de crescimento baseada no setor do turismo, do imobiliário e das infraestruturas implica a realização de um salto qualitativo na estrutura produtiva que só pode ser conseguido com uma reconversão muito relevante da forma como os agentes económicos incorporam elementos de inovação e conhecimento nas suas atividades económicas.

A inovação empresarial e tecnológica assume, assim, um papel central na transformação do modelo de desenvolvimento económico da RAM.

A qualificação da especialização económica da Região e a diversificação da sua base, designadamente a partir das empresas e atividades existentes, são elementos estratégicos de elevado valor absolutamente incontornáveis. Tendo em conta que o motor do crescimento no curto prazo continuará a estar muito dependente do desempenho do turismo, a reconfiguração a prazo da economia regional dependerá da capacidade para aumentar o conteúdo em conhecimento das suas atividades económicas.

Uma parte deste aumento de intensidade em conhecimento e qualificação da produção regional terá de ser obtido através da capacidade de atração de Investimento Direto Estrangeiro, quer porque a Região tem uma restrição severa ao seu potencial de conhecimento pela limitação do *stock* de capital, quer porque a integração de redes globais de produção implica a conexão com redes produtivas existentes e a ligação através do IDE é uma forma de assegurar essa conexão e integração.

A dinamização de intervenções orientadas para a Inovação Empresarial e Tecnológica deve partir de duas bases estratégicas essenciais: (i) Competências e recursos disponíveis e mobilizáveis; e (ii) Capacidade de atração de investimento estruturante em novas áreas de desenvolvimento.

A Estratégia de Especialização Inteligente da Região identificou um conjunto de áreas estratégicas com maior potencial de desenvolvimento, de criação de massa crítica e de desenvolvimento de inovação e tecnologia com base na especialização do território e capacidade de intervenção no mercado alargado (nacional, Europeu, Global): (i) Bio-sustentabilidade; (ii) Energia, Mobilidade e Alterações Climáticas; (iii) Gestão e Manutenção de infraestruturas; (iv) Qualidade e Segurança alimentar; (v) Saúde e Bem-estar; e (vi) Tecnologias da Informação e Comunicação.

Em termos de áreas de especialização mais fina e também na relação com algumas dimensões de experiência acumulada, de recursos de investigação e participação em redes internacionais, estas bases estratégicas apontam para os perfis seguintes:

- Especialização no domínio da longevidade, qualidade de vida, bem-estar e saúde (com forte interações com o *Cluster Hospitality*);
- Valorização dos recursos biológicos e minerais do Arquipélago e da sua Zona Económica Exclusiva;
- Procura de novas formas de energia sustentável, combinada com forte investimento na eficiência energética e na redução das emissões de carbono em setores estratégicos regionais como os transportes e a gestão dos resíduos; e
- Atração de empreendedores, artistas e técnicos ligados ao setor das indústrias criativas e de entretenimento que considerem a Madeira como local de trabalho e residência.

A ARDITI deverá ter um papel charneira em toda a estratégia para a Inovação e para a atração de investimento estruturante de base tecnológica, dinamizando as intervenções da Universidade, do CEIM, dos Centros de Investigação, dos Laboratórios e das Empresas Inovadoras e de Base Tecnológica.

A utilização do sistema regional de I&DT como motor do desenvolvimento constitui, todavia e inevitavelmente, um processo lento e complexo quer do ponto de vista da sua preparação para a produção de conhecimento fundamental e aplicado, quer do ponto de vista da aquisição das competências sistémicas de articulação com o tecido empresarial, sobretudo, num contexto em que a produção de conhecimento economicamente valorizável é um processo altamente competitivo e realizado à escala global.

Qualificação da Especialização Económica Regional

A RAM tem hoje uma clara especialização no setor do turismo que não pode ser vista como parte do problema, antes constitui parte da solução. Esta afirmação do potencial de crescimento e qualificação com base no turismo tem de ter em conta que este setor é o único com potencial de arraste a curto e médio prazos sobre a economia da Região e como tal a estratégia de desenvolvimento regional não pode deixar de suportar de forma clara, decidida e decisiva o setor do turismo, designadamente:

- na recuperação da capacidade competitiva que tem sofrido uma erosão nos últimos anos, sendo que os sinais positivos de recuperação registados podem servir para escorar o trabalho mais imediato;
- na estruturação de mecanismos de inovação na gestão e na formação de produtos turísticos de maior valor acrescentado e de maior competitividade; e
- no lançamento de um programa ambicioso que promova a cooperação entre os agentes privados e entre estes e os agentes públicos (regionais e nacionais) que podem contribuir para a melhoria da imagem da Região e da sua notoriedade nos diferentes mercados onde atua e onde poderá e deverá atuar;
- na conceção e desenvolvimento de um Programa de Modernização do Comércio Tradicional, em articulação com a promoção/dinamização do Destino Madeira.

Sendo o turismo um setor internacionalizado e transacionável por natureza, a extroversão que este proporciona à economia da Região tem de ser valorizada, como um ativo inestimável, sobretudo, tendo em conta a crescente competitividade dos mercados mundiais nas indústrias do lazer e do entretenimento. A globalização vem introduzir elementos irreversíveis inserindo os destinos turísticos mais longínquos na construção das atuais cadeias de valor internacional e trazendo para a competição concorrentes cada vez em maior número e com renovados argumentos competitivos.

O segmento da *Hospitality* deve ser encarado com especial atenção na medida em que, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, em 2020 estima-se que os consumidores tipo com maior peso nas atividades turísticas sejam os Seniores: passam de 15%, em 2009, para 22%, em 2020.

Na estruturação da cadeia de valor internacional esta vertente da procura tenderá, assim, a ganhar peso e a Região tem argumentos importantes para absorver fluxos de procura sénior, designadamente: (i) a qualidade de diversas valências do Cluster de atividades de Saúde; (ii) a rede de SPA de várias unidades hoteleiras; e (iii) a oferta de formação escolar e profissional do Cluster Turismo/ Lazer.

A infraestruturação da Região (sobretudo, no domínio rodoviário e aeroportuário) permite hoje que se possa considerar que, terminado o ciclo do investimento, o fator determinante será a capacidade da valorização económica do investimento realizado. Esta abordagem ganha uma expressão mais significativa se se considerar o investimento privado realizado nas unidades hoteleiras existentes.

Em síntese, na ótica da evolução na cadeia de valor da especialização regional, abrem-se oportunidades de intervenção via regimes de incentivos nos seguintes domínios de fomento de novas atividades empresariais:

- Exploração do potencial de geração de “spin-offs” a partir da Universidade da Madeira;
- Incentivos à criação de atividades que funcionem como “linkages” a montante e a jusante da atividade de excelência turística regional;
- Incentivos à emergência de negócios complementares da excelência turística baseada na oferta hoteleira e que se prende, p.ex., com a combinação de recursos de gestão e de infraestruturas para o fomento do turismo rural;
- Aposta na fileira energias alternativas - excelência turística com fomento de “spin-offs” empresariais na área da engenharia do ambiente e na incorporação de conhecimento ao serviço da excelência energética de suporte à atividade hoteleira;
- Construção de uma nova fileira de atividades e serviços na área do turismo de excelência-saúde, captando uma larga franja da procura turística de médio e rendimento elevado que demanda a RAM; nesta fileira, avulta a relevância potencial dos serviços avançados de apoio ao turismo sénior, em torno das áreas da geriatria e da investigação médica associada.

Diversificação da Base Económica Regional

Uma oportunidade evidente, que permanece em larga medida por explorar, prende-se com o **alongamento da cadeia económica da hotelaria e restauração** quer no setor primário (pela existência de ativos complementares, de que os produtos tradicionais da Região - bordados, vinho e flores - são

referências incontornáveis, mas a que se deve acrescentar os produtos da pesca), quer no setor terciário qualificado (adensando o espectro de atividades complementares de serviços de qualidade tanto na áreas do apoio às empresas, como nas áreas da animação e do entretenimento).

O desenvolvimento de uma estratégia concertada entre agentes do setor no sentido de proporcionar uma oferta estruturada e altamente qualificada de serviços para exportação, nomeadamente, através dos fluxos de pessoas dinamizadas pelo Complexo de atividades do turismo, poderá constituir uma constelação de atividades com componentes enriquecedoras, p.ex., nos «serviços de saúde e outros serviços pessoais qualificados.

A retenção de uma parte mais importante do valor acrescentado gerado pelo turismo através da diminuição da componente importada das exportações do setor tem de constituir uma aposta determinada da Região que, uma nova Estratégia de Desenvolvimento Regional, tem de ser capaz de enquadrar através de um sistema adequado (eficaz e eficiente) de incentivos.

Outro domínio de diversificação que conta com argumentos competitivos na Região reside no **desenvolvimento de produtos e serviços TIC** e do comércio eletrónico, atividades que conheceram algum desenvolvimento na Região ao longo da 1ª década do século XXI. A recessão económica prolongada tem afetado a procura desses serviços por parte das empresas. A par da debilidade da procura de serviços (e-government, e-commerce, etc.), existe uma baixa apropriação e adoção de aplicação de competências TIC nas empresas e em outras organizações, p. ex., da economia social.

Neste contexto, importa que no âmbito da Prioridade de investimento do PO RAM 2014-2020 orientada para dinamizar o crescimento e a inovação das PME's se atue de modo a estimular o desenvolvimento de produtos e serviços TIC e a dinamizar a procura empresarial nestes domínios e respetivas competências.

O potencial de **clusterização de recursos e atividades no domínio da Economia do Mar** deve merecer um novo olhar por parte das políticas públicas e dos operadores económicos, com destaque para as pescas e a aquacultura marinha, a atividade marítimo-portuária, a pesca desportiva, a observação de cetáceos e a talassoterapia, a par de recursos de I&D existentes no espaço da Universidade da Madeira. No plano económico-empresarial, as atividades marítimo-portuárias associadas à vertente cruzeiros e às atividades do Registo Internacional de Navios, em combinação com o “core business” do Centro Internacional de Negócios da Madeira, representam os principais segmentos com clara inserção de mercado podendo agregar/estimular um conjunto relevante de atividades relacionadas e de suporte.¹

¹ (Cf. A. Oliveira das Neves, “Economia Azul - Contributos do Mar da Madeira”, in *Espaço Global*, IDR, Novembro de 2013).

5.2. Sistemas de Incentivos

Os Sistemas de Incentivos a desenvolver na RAM deverão incorporar o cruzamento das prioridades de desenvolvimento empresarial com um conjunto limitado de objetivos estratégicos em face dos quais sejam desenhados os instrumentos que possam contribuir para os alcançar.

<i>Objetivos estratégicos</i>	• Articulação Empresas/Inovação • Empreendedorismo • Internacionalização • Crescimento
<i>Objetivos operacionais/ /Ações</i>	• Apoio à I&DT e à cooperação entre as empresas e os centros de produção de conhecimento • Promoção da inovação organizacional e dos fatores imateriais de competitividade • Promoção da inovação tecnológica • Atração de IDE • Incentivo à internacionalização das empresas • Aumento da notoriedade da RAM enquanto destino turístico • Promoção do empreendedorismo • Promoção da eficiência energética e a redução das emissões de CO2 • Incentivo ao emprego e à qualificação dos recursos humanos • Promoção do equilíbrio territorial da atividade económica • Adoção de Instrumentos de Engenharia Financeira • Apoio ao tecido empresarial através de ajudas ao funcionamento como compensação por sobrecustos.

No enquadramento dos dispositivos de financiamento, definidos pela União Europeia para o período 2014-2020, os Sistemas de Incentivos a desenvolver deverão combinar elementos de diferentes Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento da Política de Coesão, sendo de destacar os constantes da Tabela seguinte que procuram estabelecer uma relação virtuosa entre:

- apoios ao investimento empresarial (de natureza económico-produtiva material), presentes nas Prioridades de Investimento, sobretudo, dos Objetivos Temáticos da Inovação e Competitividade;
- apoios à qualificação dos recursos humanos tanto na vertente do ensino superior e da formação avançada, como nas modalidades de aprendizagem ao longo da vida;
- apoios ao emprego, nas óticas do rejuvenescimento qualificado (estágios profissionais), do empreendedorismo e da formação de reconversão (adaptação de empresas, empresários e gestores); e
- intervenções no domínio da capacitação institucional, com destaque para a redução de custos de contexto e simplificação administrativa na relação das empresas com os Organismos da Administração Regional.

5.3. Condições de Suporte

Esta Secção sistematiza um conjunto de vertentes de intervenção que se afiguram indispensáveis para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento Económico-empresarial e que são relativamente exteriores aos instrumentos de natureza financeira. Trata-se, sobretudo, de domínios em que a intervenção de outros agentes (que não os do interface Inovação ou dos Sistemas de Incentivos e instrumentos financeiros) pode produzir contributos relevantes para melhorar o desempenho das empresas existentes e para atrair novos investimentos:

- *Atração de investimento externo* (CINM e diplomacia económica; Qualificação e promoção do Acolhimento empresarial);
- *Formação de competências*, em ajustamento dinâmico às necessidades do desenvolvimento económico e da capacidade competitiva das empresas; e
- *Associativismo empresarial*.

Atração de Investimento Estrangeiro

(a) Centro Internacional de Negócios da Madeira

A aprovação pela Comissão Europeia em 2 de Julho de 2013 do Auxílio Estatal referente à alteração do regime da Zona Franca da Madeira, no sentido pretendido e notificado por Portugal, aumenta em 36,7% os limites máximos aos respetivos benefícios fiscais em sede de IRC (plafonds), um limiar que reforça sensivelmente as condições competitivas não só das empresas instaladas e em operação, mas também os argumentos para atrair novas empresas à Região.

Esta correção do regime do CINM traduz o reconhecimento do papel do Centro e contribui para que o mesmo prolongue o seu papel de instrumento de dinamização do crescimento e sustentabilidade económica da Região pela via do argumento fiscal, importante nas decisões de localização e investimento das empresas. Nesta perspetiva, importa explorar em profundidade as potencialidades que o Centro Internacional de Negócios possa oferecer na atração de atividades de matriz de diversificação da base económica regional, um objetivo de concretização gradual e persistente.

(b) Internacionalização e Diplomacia económica

A capacidade da RAM para conseguir promover as ligações adequadas aos agentes que influenciam a localização na Região de empresas seminais que possam configurar a consolidação ou emergência de setores de suporte à diversificação da base económica, constitui uma variável crucial para o desenvolvimento económico regional.

Este processo é cada vez mais um processo empresa a empresa ou Estado a empresa, reconfigurando o paradigma tradicional da diplomacia económica clássica (Estado a Estado). Trata-se de um processo crítico do desenvolvimento económico para o qual as instituições do Governo Regional, mas também as empresas madeirenses com poder de dominação de mercado, se têm de preparar e no qual devem focalizar as suas estratégias negociais de atração e adaptação.

Neste entendimento, importa desenvolver uma abordagem de *diplomacia económica regional* orientada para apoiar a Internacionalização e atrair IDE. Essa atuação pública, integrada e global, deve organizar, de forma coerente e racional, um conjunto de iniciativas, nomeadamente:

- Participação ativa das estruturas públicas da Região na promoção, dinamização e concretização dos processos de internacionalização (*outward* e *inward*) do património de conhecimento e de recursos da RAM;
- Estabelecimento de contactos e diligências do Governo Regional com possíveis investidores estrangeiros, tendo como finalidade reunir capitais externos para investir na Região;
- Facilitação dos processos de internacionalização por parte da Administração Pública Regional mediante a agilização das formalidades burocráticas que envolvem as empresas e a sua atividade, autónoma ou quando integradas em redes de cooperação para a internacionalização;
- Desenvolvimento da Marca Madeira (com sequente divulgação e gestão no mercado), capitalizando a perceção geral existente sobre a mesma na perspetiva turística e alargando a sua abrangência, de forma sustentada e estruturada, a outras áreas de atividade económica;
- Apoio ao desenvolvimento de projetos-piloto de internacionalização e ações voluntaristas que visem a internacionalização das empresas regionais (estudos de mercado, estudos e ações com a finalidade de desenvolvimento de oportunidades de negócio);
- Adoção e implementação de um programa estruturado de diplomacia económica que estimule o potencial de investimento da diáspora madeirense, que evidencie as vantagens competitivas da Região e que promova uma atuação ativa nas vertentes de captação de investimento direto e do desenvolvimento das empresas da Região através de operações baseadas em transações e de ações de investimento direto.

Qualificação e Promoção do Acolhimento Empresarial

Na vertente da Qualificação, importa proceder a um levantamento sistemático das necessidades de melhoria das infraestruturas existentes (acessibilidades e ordenamento interno dos Parques) e avaliar as condições para organizar uma componente de serviços comuns a prestar às empresas que passaria a integrar o respetivo *layout*.

A promoção económica dos Parques Empresariais tem de assumir uma razoável componente voluntarista, no que se refere à tomada de iniciativa, numa lógica que favoreça negociações institucionais que permitam a "antecipação" na disputa pela localização de novos investimentos produtivos que valorizem os recursos económicos existentes (recursos naturais, dotação de equipamentos públicos, ...).

Para fazer chegar a mensagem ao mercado de implantação, afigura-se necessário programar recursos, definir níveis de responsabilidade e protagonismo entre os diversos agentes públicos (IDE, Madeira Parques Empresariais, ...) e associativos (Associações Empresariais) a envolver na promoção e, finalmente, preparar os instrumentos que interferem nos processos decisórios.

Formação de Competências

As debilidades ainda existentes em matéria de qualificação dos recursos humanos, desenham um conjunto coerente de necessidades de formação, nomeadamente nas seguintes componentes principais:

- *Apoio ativo à Competitividade económica*, compreendendo a formação de empresários e gestores (p.e., formação em inovação e gestão) e de ativos empregados em atividades económicas regionais (de especialização e emergentes), conjugadas com a necessidade de reforçar a sua competitividade em contextos globais.
- *Prestação de serviços a empresas e entidades institucionais*, no âmbito da formação profissional: formação de quadros médios e superiores, formação empresarial e programas de formação avançada e de estágios no exterior (em parceria com entidades de reconhecido mérito internacional), formação em línguas estrangeiras, formação a distância, organização de processos formativos, *e-learning*, *taylor-made-training*, etc.).

Ainda neste domínio das competências, importa considerar o apoio decidido ao recrutamento de competências humanas de fora da Região, necessárias ao reforço da gestão competitiva das empresas e cuja especialização ou qualificação não existam ou escasseiem na RAM (designadamente através das estruturas ligadas ao Ensino Superior e à ARDITI).

Associativismo Empresarial

As estruturas associativas empresariais têm, cada vez mais, um papel decisivo na construção de novas formas de atratividade dos territórios e regiões, a favor do desenvolvimento económico. Os processos de modernização e articulação internacional das Associações Empresariais devem evoluir em torno de prioridades estratégicas concretas:

- *Fixação de competências que reforcem a capacidade competitiva regional*, abrangendo a formação empresarial, técnica e especializada, a difusão das NTIC e dos serviços avançados e o estímulo ao empreendedorismo.

- *Abertura do conjunto da economia regional à economia global*, apostando em formas de circulação do capital, que produzam, simultaneamente, a valorização dos produtos regionais e abram novas formas de acrescentar valor aos produtos e serviços centrais da especialização económica madeirense.
- *Cooperação entre agentes e instituições*, redefinindo os papéis das entidades públicas e privadas, incentivando as dinâmicas assentes no risco, na valorização do mercado e na dinâmica empreendedora privada.

5.4. Governação e Monitorização do Plano

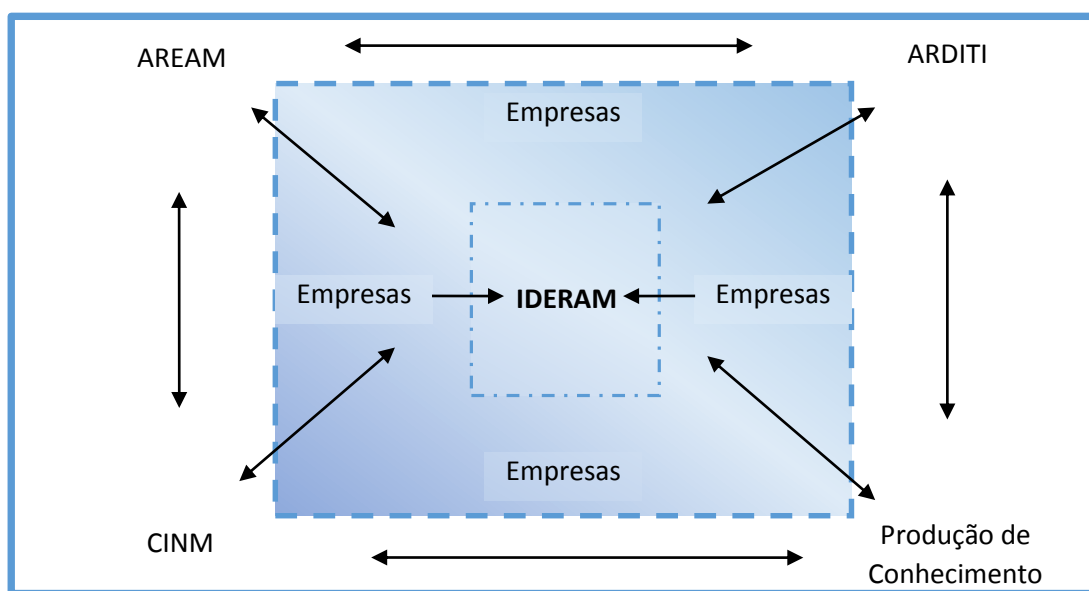
Enquadramento institucional da dinamização económica e empresarial

No âmbito do *Estudo de Avaliação Impactos dos Sistemas de Incentivos adotados pela Região e cofinanciados pelos Fundos Comunitários* foram abordados os resultados da promoção e gestão do desenvolvimento empresarial, sendo de destacar como principais elementos de proposta os seguintes que, no essencial, se mantêm atuais com os ajustamentos institucionais, entretanto, ocorridos:

- ✓ *Maior consciência e reflexão prospetiva* que antecipem o estrangulamento previsível do modelo de especialização turístico-imobiliário da economia regional e deem origem a novas opções que contribuam para uma efetiva mudança de ciclo.
- ✓ *Prioridades de intervenção seletivas a associar à mudança de ciclo - Triângulo Competitividade empresarial/Desenvolvimento sustentável/Qualificação de recursos humanos:*
 - Projetos empresariais assentes em vantagens competitivas que enriqueçam os elos regionais da cadeia de valor, com inovação/serviços de excelência e empregos qualificados;
 - Intervenções de desenvolvimento sustentável, que conciliem criativamente o crescimento do emprego e o equilíbrio ambiental;
 - Ações de qualificação dos recursos humanos, num contexto de fixação de competências regionais para a inovação e o desenvolvimento regional.
- ✓ *Enquadramento institucional do investimento empresarial* (Vocação e atividade do Instituto de Desenvolvimento Empresarial). (1) Prioridade a uma função reguladora que discipline, oriente, acompanhe e fiscalize a atividade económica e os resultados e impactos públicos da atuação dos agentes regionais, privados e associativos. (2) Adoção de práticas regulares de parceria e contratualização orientadas para a realização de iniciativas conjuntas, para a promoção de programas e instrumentos de apoio ao investimento, para a gestão, acompanhamento e serviços de apoio à atividade económica, em geral, e à atividade empresarial, em particular. (3)

Dinamização da procura qualificada de apoios ao investimento nos setores agroalimentar e das pescas e aquacultura, designadamente em valências relativas à inovação e à internacionalização.

- ✓ *Redefinição dos interfaces entre a regulação pública, o tecido empresarial e a inovação e modernização das atividades tradicionais*, suscitando novas oportunidades económicas.
 - **Intervenções de matriz integrada nas empresas**, suscetíveis de definir um conjunto de necessidades em matéria de inovação tecnológica, organizacional e de mercado, e envolvendo uma componente de recrutamento de recursos humanos avançados e de investimentos em formação.
 - **Indução de procura de incentivos** ancorada em processos de consultadoria-formação a PME e articulando as intervenções FEDER e FSE, visando abordagens integradas de estratégia empresarial suscetíveis de incrementar aquela procura.
- ✓ *Outra filosofia de organização dos recursos regionais em matéria de relacionamento com as empresas*. A articulação entre as entidades de regulação e interface e as empresas potencialmente utilizadoras de Sistemas de Incentivos orientados para objetivos de inovação e competitividade, constitui um desafio fundamental para assegurar melhores condições de procura, bem como maior eficácia e eficiência na utilização de recursos.



Esta abordagem tem em vista criar condições institucionais para que as Prioridades de investimento na Inovação e na Competitividade sejam organizadas em função do potencial de prestação de serviços de inovação ao tecido empresarial, o que pressupõe mobilização de conhecimento científico e tecnológico pertinente para o perfil de especialização económica atual e para a diversificação viável desse perfil.